

A DECLARAÇÃO DE CHICAGO SOBRE A INERRÂNCIA DA BÍBLIA

PREFÁCIO	2
UMA BREVE DECLARAÇÃO	2
ARTIGOS DE AFIRMAÇÃO E NEGAÇÃO.....	3
ARTIGO I.....	3
ARTIGO II.....	3
ARTIGO III	3
ARTIGO IV	3
ARTIGO V	3
ARTIGO VI.....	4
ARTIGO VII.....	4
ARTIGO VIII	4
ARTIGO IX.....	4
ARTIGO X	4
ARTIGO XI.....	4
ARTIGO XII.....	4
ARTIGO XIII	5
ARTIGO XIV	5
ARTIGO XV	5
ARTIGO XVI.....	5
ARTIGO XVII.....	5
ARTIGO XVIII	5
ARTIGO XIX.....	5
NOTAS	6

A DECLARAÇÃO DE CHICAGO SOBRE A INERRÂNCIA DA BÍBLIA

Prefácio

A autoridade das Escrituras é um tema-chave para a igreja cristã, tanto desta como de qualquer outra época. Aqueles que professam fé em Jesus Cristo como Senhor e Salvador são chamados a demonstrar a realidade de seu discipulado cristão mediante obediência humilde e fiel à Palavra escrita de Deus. Afastar-se das Escrituras, tanto em questões de fé quanto de conduta, é deslealdade para com nosso Mestre. Para que haja uma compreensão plena e uma confissão correta da autoridade das Sagradas Escrituras é essencial um reconhecimento da sua total veracidade e confiabilidade.

A Declaração a seguir afirma sob nova forma essa inerrância das Escrituras, esclarecendo nosso entendimento a respeito dela e advertindo contra sua negação. Estamos convencidos de que negá-la é ignorar o testemunho dado por Jesus Cristo e pelo Espírito Santo e rejeitar aquela submissão às alegações da própria Palavra de Deus, submissão esta que caracteriza a verdadeira fé cristã. Entendemos que é nosso dever nesta hora fazer esta afirmação diante dos atuais desvios da verdade da inerrância entre nossos irmãos em Cristo e diante do entendimento errôneo que esta doutrina tem tido no mundo em geral.

Esta Declaração consiste de três partes: uma Declaração Resumida, Artigos de Afirmação e Negação e uma Explicação. Preparou-se a Declaração durante uma consulta de três dias de duração, realizada em Chicago, nos Estados Unidos. Aqueles que subscreveram a Declaração Resumida e os Artigos desejam expressar suas próprias convicções quanto à inerrância das Escrituras e estimular e desafiar uns aos outros e a todos os cristãos a uma compreensão e entendimento cada vez maiores desta doutrina. Reconhecemos as limitações de um documento preparado numa conferência rápida e intensiva e não propomos que esta Declaração receba o valor de um credo. Regozijamo-nos, no entanto, com o aprofundamento de nossas próprias convicções através dos debates que tivemos juntos e oramos para que esta Declaração que assinamos seja usada para a glória de nosso Deus com vistas a uma nova reforma da igreja no que tange à sua fé, vida e missão.

Apresentamos esta Declaração não num espírito de contenda, mas de humildade e amor, que, com a graça de Deus, pretendemos manter em qualquer diálogo que, no futuro, surja daquilo que dissemos. Reconhecemos, com satisfação, que muitos que negam a inerrância das Escrituras não apresentam em suas crenças e comportamento as conseqüências dessa negação, e estamos conscientes de que nós, que confessamos essa doutrina, freqüentemente a negamos em nossas vidas, por deixarmos de colocar nossos pensamentos e orações, tradições e costumes, em verdadeira sujeição à Palavra divina.

Qualquer pessoa que veja razões, à luz das Escrituras, para fazer emendas às afirmações desta Declaração sobre as próprias Escrituras (sob cuja autoridade infalível estamos, enquanto falamos), é convidada a fazê-lo. Não alegamos nenhuma infalibilidade pessoal para o testemunho que damos e seremos gratos por qualquer ajuda que nos possibilite fortalecer esse testemunho acerca da Palavra de Deus.

UMA BREVE DECLARAÇÃO

1. Deus, sendo ele próprio a Verdade e falando somente a verdade, inspirou as Sagradas Escrituras a fim de, desse modo, revelar-se à humanidade perdida, através de Jesus Cristo, como Criador e Senhor, Redentor e Juiz. As Escrituras Sagradas são o testemunho de Deus sobre si mesmo.

2. As Sagradas Escrituras, sendo a própria Palavra de Deus, escritas por homens preparados e supervisionados por seu Espírito, possuem autoridade divina infalível em todos os assuntos que abordam: devem ser cridas, como mandamento divino, em tudo o que determinam; aceitas, como penhor divino, em tudo que prometem.

3. O Espírito Santo, seu divino Autor, ao mesmo tempo no-las confirma através de seu testemunho interior e abre nossas mentes para compreender seu significado.

4. Tendo sido na sua totalidade e verbalmente dadas por Deus, as Escrituras não possuem erro ou falha em tudo o que ensinam, quer naquilo que afirmam a respeito dos atos de Deus na criação e dos acontecimentos da história mundial, quer no testemunho que dão sobre a graça salvadora de Deus na vida das pessoas.

5. A autoridade das Escrituras fica inevitavelmente prejudicada, caso essa inerrância divina absoluta seja de alguma forma limitada ou desconsiderada, ou caso dependa de um ponto de vista acerca da verdade que seja contrário ao próprio ponto de vista da Bíblia; e tais desvios provocam sérias perdas tanto para o indivíduo quanto para a igreja.

ARTIGOS DE AFIRMAÇÃO E NEGAÇÃO

ARTIGO I

Afirmamos que as Sagradas Escrituras devem ser recebidas como a Palavra oficial de Deus.

Negamos que a autoridade das Escrituras provenha da Igreja, da tradição ou de qualquer outra fonte humana.

ARTIGO II

Afirmamos que as Sagradas Escrituras são a suprema norma escrita, pela qual Deus compele a consciência, e que a autoridade da Igreja está subordinada à das Escrituras.

Negamos que os credos, concílios ou declarações doutrinárias da Igreja tenham uma autoridade igual ou maior do que a autoridade da Bíblia.

ARTIGO III

Afirmamos que a Palavra escrita é, em sua totalidade, revelação dada por Deus.

Negamos que a Bíblia seja um mero testemunho a respeito da revelação, ou que somente se torne revelação mediante encontro, ou que dependa das reações dos homens para ter validade.

ARTIGO IV

Afirmamos que Deus, que fez a humanidade à sua imagem, utilizou a linguagem como um meio de revelação.

Negamos que a linguagem humana seja limitada pela nossa condição de sermos criaturas, a tal ponto que se apresente imprópria como veículo de revelação divina. Negamos ainda mais que a corrupção, através do pecado, da cultura e linguagem humanas tenha impedido a obra divina de inspiração.

ARTIGO V

Afirmamos que a revelação de Deus dentro das Sagradas Escrituras foi progressiva.

Negamos que revelações posteriores, que podem completar revelações mais antigas, tenham alguma vez corrigido ou contradito tais revelações. Negamos ainda mais que qualquer revelação normativa tenha sido dada desde o término dos escritos do Novo Testamento.

ARTIGO VI

Afirmamos que a totalidade das Escrituras e todas as suas partes, chegando às próprias palavras do original, foram dadas por inspiração divina.

Negamos que se possa corretamente falar de inspiração das Escrituras, alcançando-se o todo mas não as partes, ou algumas partes mas não o todo.

ARTIGO VII

Afirmamos que a inspiração foi a obra em que Deus, por seu Espírito, através de escritores humanos, nos deu sua Palavra. A origem das Escrituras é divina. O modo como se deu a inspiração permanece em grande parte um mistério para nós.

Negamos que se possa reduzir a inspiração à capacidade intuitiva do homem, ou a qualquer tipo de níveis superiores de consciência.

ARTIGO VIII

Afirmamos que Deus, em sua obra de inspiração, empregou as diferentes personalidades e estilos literários dos escritores que ele escolheu e preparou.

Negamos que Deus, ao fazer esses escritores usarem as próprias palavras que ele escolheu, tenha anulado suas personalidades.

ARTIGO IX

Afirmamos que a inspiração, embora não outorgando onisciência, garantiu uma expressão verdadeira e fidedigna em todas as questões sobre as quais os autores bíblicos foram levados a falar e a escrever.

Negamos que a finitude ou a condição caída desses escritores tenha, direta ou indiretamente, introduzido distorção ou falsidade na Palavra de Deus.

ARTIGO X

Afirmamos que, a rigor, a inspiração diz respeito somente ao texto autográfico das Escrituras, o qual, pela providência de Deus, pode-se determinar com grande exatidão a partir de manuscritos disponíveis. Afirmamos ainda mais que as cópias e traduções das Escrituras são a Palavra de Deus na medida em que fielmente representam o original.

Negamos que qualquer aspecto essencial da fé cristã seja afetado pela falta dos autógrafos. Negamos ainda mais que essa falta torne inválida ou irrelevante a afirmação da inerrância da Bíblia.

ARTIGO XI

Afirmamos que as Escrituras, tendo sido dadas por inspiração divina, são infalíveis, de modo que, longe de nos desorientar, são verdadeiras e confiáveis em todas as questões de que tratam.

Negamos que seja possível a Bíblia ser, ao mesmo tempo, infalível e errônea em suas afirmações. Infalibilidade e inerrância podem ser distinguidas, mas não separadas.

ARTIGO XII

Afirmamos que, em sua totalidade, as Escrituras são inerrantes, estando isentas de toda falsidade, fraude ou engano.

Negamos que a infalibilidade e a inerrância da Bíblia estejam limitadas a assuntos espirituais, religiosos ou redentores, não alcançando afirmações de natureza histórica e científica. Negamos ainda mais que hipóteses científicas acerca da história da terra possam ser corretamente empregadas para desmentir o ensino das Escrituras a respeito da criação e do dilúvio.

ARTIGO XIII

Afirmamos a propriedade do uso de inerrância como termo teológico referente à total veracidade das Escrituras.

Negamos que seja correto avaliar as Escrituras de acordo com padrões de verdade e erro estranhos ao uso ou propósito da Bíblia. Negamos ainda mais que a inerrância seja contestada por fenômenos bíblicos, tais como uma falta de precisão técnica contemporânea, irregularidades de gramática ou de ortografia, descrições da natureza feitas com base em observação, referência a falsidades, uso de hipérbole e números arredondados, disposição do material por assuntos, diferentes seleções de material em relatos paralelos ou uso de citações livres.

ARTIGO XIV

Afirmamos a unidade e a coerência interna das Escrituras.

Negamos que alegados erros e discrepâncias que ainda não tenham sido solucionados invalidem as declarações da Bíblia quanto à verdade.

ARTIGO XV

Afirmamos que a doutrina da inerrância está alicerçada no ensino da Bíblia acerca da inspiração.

Negamos que o ensino de Jesus acerca das Escrituras possa ser desconsiderado sob o argumento de adaptação ou de qualquer limitação natural decorrente de sua humanidade.

ARTIGO XVI

Afirmamos que a doutrina da inerrância tem sido parte integrante da fé da Igreja ao longo de sua história.

Negamos que a inerrância seja uma doutrina inventada pelo protestantismo escolástico ou que seja uma posição defendida como reação contra a alta crítica negativa.

ARTIGO XVII

Afirmamos que o Espírito Santo dá testemunho acerca das Escrituras, assegurando aos crentes a veracidade da Palavra de Deus escrita.

Negamos que esse testemunho do Espírito Santo atue isoladamente das Escrituras ou em oposição a elas.

ARTIGO XVIII

Afirmamos que o texto das Escrituras deve ser interpretado mediante exegese histórico-gramatical, levando em conta suas formas e recursos literários, e que as Escrituras devem interpretar as Escrituras.

Negamos a legitimidade de qualquer abordagem do texto ou de busca de fontes por trás do texto que conduzam a um revigoramento, desistorização ou minimização de seu ensino, ou a uma rejeição de suas afirmações quanto à autoria.

ARTIGO XIX

Afirmamos que uma confissão da autoridade, infalibilidade e inerrância plenas das Escrituras é vital para uma correta compreensão da totalidade da fé cristã. Afirmamos ainda mais que tal confissão deve conduzir a uma conformidade cada vez maior à imagem de Cristo.

Negamos que tal confissão seja necessária para a salvação. Contudo, negamos ainda mais que se possa rejeitar a inerrância sem graves conseqüências, quer para o indivíduo, quer para a Igreja.

Notas

1. Essas confissões luteranas podem ser encontradas em Philip Schaff, *The Creeds of Christendom*, 3 vols. (Grand Rapids: Baker, reimpressão da edição de 1931), 3:3-73, 93-180.

2. Não incluí a frase “desceu ao inferno”, porque não é confirmada nas versões mais antigas do Credo Apostólico e por causa das dificuldades doutrinárias associadas com ela (veja a discussão mais detalhada no capítulo 27, p. 489-496).

3. A frase “e do Filho” foi acrescentada depois do Concílio de Constantinopla em 381, mas é normalmente incluída no texto do Credo de Nicéia usado pelas igrejas católicas e protestantes hoje. A frase não aparece no texto usado pelas igrejas ortodoxas. (Veja a discussão no capítulo 14, p. 181-182.) A frase “Deus de Deus” não estava no versão de 381 mas somente na de 325 e é normalmente incluída hoje.